

BOOTH E SMITH EM ABERYSTWYTH

A TEORIA SERVE SEMPRE ALGUÉM E ALGUM PROPÓSITO

Marcos Farias Ferreira e André Saramago

INTRODUÇÃO

A história disciplinar das relações internacionais (RI) está intimamente relacionada com a história de Aberystwyth e a criação de uma cátedra de Relações Internacionais nesta cidade costeira do País de Gales em 1919, por iniciativa de David Davies¹. A história está suficientemente documentada e há muito faz parte dos mitos fundadores da autonomia disciplinar². O que está ainda por apurar e descrever é o processo de viragem ocorrido no início dos anos 1990 com a chegada de Steve Smith a Aberystwyth e a sua aproximação a Ken Booth. Este facto foi crucial tanto para a transformação intelectual de Ken Booth como para a do próprio departamento. Em entrevista concedida no passado mês de junho, Booth referiu aos autores deste artigo que quando começou a querer expandir a análise das relações internacionais para lá do âmbito realista que então dominava o departamento, deparou-se com um ambiente muito hostil por causa do seu apego a uma interpretação realista muito estrita, ao suposto carácter científico desta interpretação e à convicção de que a própria «natureza humana» tornaria inválidas outras formas de abordar as relações internacionais. A opção de Booth por uma abordagem mais historicista e normativa não encontrou muito apoio no departamento, mas a chegada de Steve Smith a Aberystwyth significaria a possibilidade de colaboração com alguém que partilhava as suas ideias acerca da necessidade de expandir o âmbito da disciplina, de superar as limitações do paradigma realista e avançar para uma

RESUMO

Se para Ken Booth e Steve Smith a teoria serve sempre alguém e algum propósito – na senda da investigação crítica de Robert W. Cox – o compromisso com o mundo real começa precisamente nas páginas de um texto sobre teoria. Com este artigo, pretendemos trazer alguma luz sobre o que entendemos ser um dos episódios mais relevantes da história disciplinar recente das relações internacionais. Ao mesmo tempo, pretendemos contribuir para desenvolver o potencial crítico da disciplina através de uma abordagem que reconheça o legado do realismo – mas também os seus limites – e dê voz a perspectivas e interesses tradicionalmente marginalizados na literatura dominante.

Palavras-chave: Aberystwyth, teoria crítica, Steve Smith, Ken Booth

ABSTRACT

**BOOTH AND SMITH
IN ABERYSTWYTH
THEORY IS ALWAYS
FOR SOMEONE
AND SOME PURPOSE**

If for Ken Booth and Steve Smith theory is always for someone and



for some purpose – following Robert W. Cox's critical investigation – their commitment with the real world begins right in the pages of a theory textbook. With this article, we set up to bring some light to what we think is one of the most crucial episodes in the recent IR disciplinary history. At the same time we set up to develop the critical potential of the discipline based on an approach that both recognizes the legacy of political realism – but also of its shortcomings – and the need to give voice to traditionally marginalized perspectives and interests.

Keywords: Aberystwyth, critical theory, Steve Smith and Ken Booth

abordagem das relações internacionais fundada na história, na transformação histórica dos grupos humanos e dos indivíduos em vez dos estados.

Como relata Booth na mesma entrevista, a chegada de Steve Smith a Aberystwyth coincidiu igualmente com o início do processo de avaliação das universidades britânicas. Estas avaliações externas colocavam forte ênfase no volume e qualidade das publicações e da investigação produzida. A maioria dos académicos em Aberystwyth, especialmente os mais velhos, não era particularmente dada à investigação, e como tal encontrava-se mal posicionada nesse processo de avaliação centrado na produção. O departamento criou então um esquema de reforma antecipada e progressiva que levou à saída dos profes-

sores mais velhos e à contratação de novos professores. Na liderança do departamento, o papel de Steve Smith foi determinante para que muitas das novas contratações tivessem em vista alargar o âmbito da investigação e das relações internacionais. Desta forma, um núcleo duro formado por Ken Booth e Steve Smith, em conjunto com alguns dos seus discípulos, como Richard Wyn Jones, dirigiu efetivamente o departamento rumo a uma viragem crítica das relações internacionais, o que também significou assumir a liderança desse processo a nível internacional. De acordo com Booth, Steve Smith foi determinante nesta trajetória. Sem a aproximação a Smith, Booth não teria beneficiado de um ambiente institucional propício ao germinar de novas ideias, o seu pensamento não se teria desenvolvido no sentido em que se desenvolveu e teria sido muito mais difícil ao departamento efetuar a viragem que finalmente logrou fazer.

Fruto desta aproximação institucional e colaboração, Booth e Smith promovem, entre 1995 e 1996, a publicação de duas coletâneas de textos sobre teoria que depressa se tornaram referência obrigatória no mundo académico britânico e que estão hoje entre as mais lidas e citadas. *International Theory: Positivism and Beyond* e *International Relations Theory Today* são exercícios de questionamento da disciplina num momento que os autores definiam como confuso mas estimulante para o estudo das relações internacionais, imediatamente após o fim da Guerra Fria, e que coincidia com os setenta e cinco anos do Interpol Department. Tal como havia acontecido em 1969, aquando do quinquagésimo aniversário, Booth e Smith promovem em 1994 a realização de uma conferência e posterior publicação, à semelhança de *The Aberystwyth Papers*, volume editado por Brian Porter em 1972. O intuito era o de celebrar o nascimento institucional da disciplina autónoma das RI e trazer para o centro do debate as diferentes ideias e posições metateóricas em disputa. O grande desafio passava por examinar o estado da arte da disciplina face aos ataques movidos à tradição positivista desde início dos anos

1980. Como alegam Booth e Smith (e Zalewski) no prefácio, *International Theory: Positivism and Beyond* «não defende que o positivismo esteja morto na teoria internacionalista, apenas que hoje existe uma noção muito mais clara quanto às suas alternativas»³. Booth e Smith assumem a crescente centralidade do debate entre positivismo e pós-positivismo para a identidade da disciplina e procuram dar espaço e voz às alternativas marginalizadas deixando claro, na linha do que defendeu Robert W. Cox num artigo crucial, que não há teorias neutras e que o importante é identificar as práticas sociais e os interesses inerentes a cada uma⁴. O subtítulo do presente artigo recupera o famoso axioma de Cox segundo o qual todas as teorias derivam de perspectivas situadas no tempo e espaço políticos e aplica-a ao tipo de projeto epistemológico crítico desencadeado por Booth e Smith em Aberystwyth⁵.

De facto, o projeto de Booth e Smith apresenta óbvios pontos de contacto com o que são as referências iniciais da escola crítica em RI, designadamente Robert W. Cox e Andrew Linklater. A investigação epistemológica que procuraram desenvolver em Aberystwyth é crítica, antes de mais, «no sentido em que se afasta da ordem prevalecente no mundo e questiona a forma como essa ordem foi produzida»⁶. Trata-se de uma teoria que questiona as relações de poder no universo social e investiga o potencial de mudança crítica que existe no interior da ordem prevalecente. Mais, trata-se de um projeto centrado nas complexas relações entre teoria e prática mas que põe em causa o quadro de referência comumente aceite para avaliar essa relação. O conhecimento que esse projeto procura não é neutro, mas ética e politicamente comprometido com a transformação social e traduz-se, na linha de Cox, na «escolha normativa em favor de uma ordem política e social diferente da prevalecente»⁷. O vínculo entre teoria e prática é também o elemento fulcral no projeto crítico de Booth e Smith que o liga à investigação de Andrew Linklater. Dispondo de uma dupla dimensão normativa e empírica, esse projeto é crítico porque assume como missão central a reconstrução do materialismo histórico⁸. A dimensão normativa permite mobilizar a razão para identificar diferentes princípios de ordem política, enquanto a dimensão empírica permite identificar tendências imanentes na ordem prevalecente, facilitadoras de mudança e emancipação social⁹. Como escreve Linklater, o compromisso com o mundo real e com a mudança tem que ver com o confronto entre obrigações morais, o que lhe permite sublinhar que «a contradição entre homens e cidadãos veio a ser vista como o problema crítico das relações internacionais»¹⁰.

Assim, e se *International Theory: Positivism and Beyond* é assumidamente uma publicação sobre o estado da arte das RI, para os seus editores o compromisso com o mundo real começa precisamente numa investigação sobre teoria e seus fundamentos epistemológicos. A introdução é inequívoca ao sublinhar que a preocupação dos autores se centrava no que então sucedia em lugares como a Bósnia e o Ruanda, com a guerra e a paz e com as possibilidades da política global no século XXI, apesar de estas questões serem abordadas apenas marginalmente. Contudo, Booth e Smith insistem em que a forma

de pensar e agir no mundo real está diretamente relacionada com a teoria, que «[o] que pensamos sobre estes acontecimentos e possibilidades, e aquilo que pensamos que podemos fazer acerca deles, depende de forma crucial de *como* pensamos sobre eles»¹¹. Um tema fundamental do legado de Booth e Smith em Aberystwyth emerge destas palavras, a saber, a relação direta entre teoria e prática, que faz com que o seu contributo não possa ser visto como meramente teórico, nem sequer teorético, mas com profundas influências no mundo real das relações internacionais. Como esclarecem, e «como pessoas interessadas e preocupadas com o mundo real, temos de estar interessados e preocupados com a teoria»¹². A relação direta entre teoria e prática advém do facto de o mundo real ser constituído pelas respostas a questões eminentemente teóricas como «Quem somos?», «O que podemos conhecer e como o podemos conhecer?», «Para onde se encaminha a teoria?».

No prefácio a *International Relations Theory Today*, Booth e Smith assumem que teorizar sobre relações internacionais é apenas um aspeto da teorização da política em termos gerais, uma especulação que tradicionalmente decorre em três arenas distintas, a saber, a esfera doméstica, as relações internacionais e o espaço global. Embora reconheçam que as tradições académicas e os dispositivos de poder pressionam no sentido de manter intocadas as fronteiras entre as três formas de especulação, Booth e Smith defendem que isso é cada vez mais insustentável e que o razoável é conceber a teorização da política na forma de um palimpsesto. As três arenas devem ser vistas como narrativas que se intrometem umas nas outras, de forma que «[o]s diferentes textos da teoria política existem na mesma página, não em livros diferentes. Cada uma das narrativas – “doméstica”, “internacional” e “global” – desenvolve-se num contexto em parte definido pelas outras»¹³. Desta forma, concluem, e tal como a teorização da política doméstica não pode deixar de tomar em conta o contexto das relações interestaduais e as tendências globais, também a disciplina de RI deve adotar uma perspetiva global se quiser assumir-se como a disciplina das disciplinas no âmbito das ciências sociais.

STEVE SMITH

A relação entre teoria e prática é decididamente o tema privilegiado por Steve Smith durante os anos em Aberystwyth, e essa é a questão em foco na segunda secção do artigo. Num texto em que se propõe analisar as diferentes imagens que a disciplina foi produzindo sobre si mesma ao longo do século XX – os famosos grandes debates mas não só – Smith levanta questões cruciais sobre a natureza da relação entre poder e conhecimento. Assume duas influências fundamentais nesta análise, de Bauman e de Foucault, e argumenta que os silêncios da história disciplinar são os seus traços mais significativos. «Os silêncios são as vozes mais audíveis.»¹⁴ De Bauman, Smith recupera os comentários sobre o silêncio da sociologia relativamente ao Holocausto e sobre a natureza da razão e do iluminismo. A ponte para a teoria das relações internacionais

está em que é preciso reconhecer que as imagens que a disciplina criou de si mesma sempre negligenciaram a relação íntima entre práticas sociais e constituição do conhecimento. Tal como a sociologia em relação ao Holocausto, a teoria das relações internacionais mantém-se demasiado silenciosa sobre vastas áreas do «internacional» e trata-o como «campo de barbárie pré-moderna e domínio espaço-temporal isolado da identidade cultural e da interpretação»¹⁵. No entender de Smith, as imagens dominantes insistem numa visão disciplinadora da disciplina de acordo com a qual esta comenta, observa, avalia e explica as relações internacionais mas não as constitui.

De Foucault, Smith retira as bases para uma leitura genealógica e pós-estruturalista das relações internacionais que envolve, não a identificação de estruturas trans-históricas mas o confronto e sucessão de discursos e regimes de verdade, ao longo da história, que suportam certas estruturas ou lhes resistem. A visão genealógica de Smith recupera assim a análise dos discursos e práticas discursivos (metanarrativas, imperativos morais, estruturas, verdades universais) como formas de dominação e repositório do poder social, e procede à crítica das ideias feitas e não questionadas

A VISÃO GENEALÓGICA DE SMITH RECUPERA ASSIM A ANÁLISE DOS DISCURSOS E PRÁTICAS DISCURSIVOS COMO FORMAS DE DOMINAÇÃO E REPOSITÓRIO DO PODER SOCIAL, E PROCEDE À CRÍTICA DAS IDEIAS FEITAS E NÃO QUESTIONADAS QUE DOMINAM AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.

que dominam as relações internacionais. De acordo com esta visão, Smith conclui que «a teoria internacional está implicada na prática internacional devido à forma em que a teoria, em geral, divorcia a ética da política e promove a compreensão através de uma “razão” separada de considerações éticas ou morais»¹⁶. O argumento central é o de que a disciplina de RI é uma sucessão de discursos disciplinadores que impõem e perpetuam uma abordagem situada do «internacional» e não uma sucessão de debates que permitem uma explicação cada vez mais próxima da realidade. Assim, uma visão genealógica das RI permite dirigir a nossa atenção para «as imagens da disciplina que a disciplina produz de si mesma»¹⁷ e questionar as práticas de poder que perpassam essas imagens e quais as vozes privilegiadas e silenciadas nesse processo. Longe de serem um dado adquirido ou resultado de revelação divina, as disciplinas académicas são historicamente constituídas e campos de batalha entre interpretações rivais. A sua pretensa autonomia e identidade é o resultado de complexas práticas discursivas atravessadas por jogos de poder. No entender de Smith, as questões cruciais a colocar são: «A quem servem os interesses representados na teoria internacional? Que interesses e identidades são ignorados, silenciados e vistos como irrelevantes? Acima de tudo, qual é o *porquê* da teoria internacional?»¹⁸

A natureza intrinsecamente política da produção de teoria em relações internacionais é desenvolvida por Smith num texto crucial. Em «Power and truth: a reply to William Wallace», Smith é perentório ao defender que não há separação entre as teorias e o mundo empírico que aquelas investigam. Ao contrário, as teorias constituem o mundo

social no sentido em que forjam os consensos e determinam o senso comum validados pelos decisores políticos, e que estes tomam como ponto de partida no exercício das suas funções. A resposta ao artigo de Wallace serve de pretexto para esclarecer uma série de pressupostos quanto à natureza da sua própria atividade académica e acaba por concretizar o desafio pós-positivista, pós-estruturalista, ao *mainstream* positivista em RI. Para Smith, Wallace tem uma visão restrita da teoria e dos propósitos que ela serve. A teoria de Wallace é explicativa e de resolução de problemas, naturalista e empirista, e assume a presente ordem social como dado adquirido. Isto serve como prova de que o *mainstream* em RI é desprovido de «uma teoria ou de interesse pela história, e não vê a teoria comprometida, nem com a compreensão do mundo nem com a emancipação»¹⁹. O argumento de Smith não é o de que Wallace deve adotar uma versão alternativa da teoria, mas que a sua teoria enquanto explicação do mundo tem consequências normativas que devem ser explicitadas e desmistificadas, a começar pela definição restrita de política que assume. O mito positivista da verdade como correspondência é alvo de crítica por parte de Smith que assume uma visão abrangente da política enquanto produção de discursos de verdade. Assim, a sua obra crítica procura inquirir sobre a forma como diferentes versões da política são forjadas e sobre que interesses políticos saem privilegiados da separação entre o que é considerado político e o que é considerado não político. Nas palavras de Smith, «a forma como conhecemos a realidade determina aquilo que vemos, e o domínio público da política é ele próprio o resultado de uma série de estratégias epistemológicas (políticas) prévias que redundam numa visão da política assumida como natural ou matéria de senso comum»²⁰. Como escreve noutro texto, definir o que é do foro do senso comum torna-se por isso o ato supremo do exercício do poder político²¹.

A preocupação com a epistemologia é então eminentemente política. Smith considera mesmo a sua produção neste domínio como o seu trabalho de natureza mais política, pelo facto de inquirir diretamente sobre as formas como produzimos conhecimento e reclamamos verdades no universo político das RI. Assumindo uma abordagem pós-positivista e pós-estruturalista, Smith acusa o *mainstream* em RI de assentar numa versão inconsistente de como se produz conhecimento (uma epistemologia empirista aliada a uma metodologia positivista), e que os propósitos políticos que serve (reificação da ordem estabelecida) se escondem debaixo da «máscara falsa e sedutora da objetividade»²². É que a teoria não se limita a explicar ou a prever, mas aponta de forma crítica as possibilidades que existem para a ação humana e determina o horizonte ético e prático dessa ação. Para além disso, Smith assume uma posição epistemológica antifundacionista quanto à produção de conhecimento, no sentido em que defende que não é possível encontrar fundamentos inequívocos, fora de cada teoria, que sirvam para comparar os seus méritos e as suas agendas de investigação. Para Smith, o debate entre fundacionismo e antifundacionismo é o mais estimulante no panorama teórico atual e coloca a disciplina em sintonia com os debates em desenvolvimento no resto das

ciências sociais. Numa réplica a Østerud e à sua invetiva contra a influência do pós-modernismo em RI, Smith reconhece que «não existe uma posição epistemológica universalmente aceite na filosofia das ciências sociais, nem nunca houve uma desde a divergência entre Platão e Aristóteles»²³. No seu entender, as questões epistemológicas são especialmente delicadas em todas as teorias e a possibilidade de recorrer a fundamentos inequívocos, capazes de legitimar os conhecimentos de forma universal, simplesmente não existe.

Lembremos que é esta a questão em causa sempre que Smith critica o desafio lançado por Robert Keohane em 1988, no seu discurso como presidente da International Studies Association, segundo o qual a legitimidade académica das teorias pós-positivistas (Keohane chamou-lhes na altura refletivistas) estaria dependente do desenvolvimento de um programa de investigação testável por meios empíricos, ou seja, claramente ancorado em terreno epistemológico positivista. Convidado a participar num fórum, promovido pela *International Studies Review*, para discutir a possibilidade de diálogo e síntese em RI, Smith reconhece que a questão só faz sentido no contexto de um posicionamento metateorético que aceite pontos de contacto e de referência entre teorias, ou seja, que «as teorias em competição se referem a um mundo comum e exterior, e onde cada teoria tem aplicabilidade em algumas partes desse mundo»²⁴. Como tantas vezes esclarece, a sua posição é a de que as teorias não representam visões alternativas do mesmo mundo, mas visões de mundos diferentes, pelo que se torna impossível alcançar a verdade acerca de um «mundo exterior» através da combinação de teorias e abordagens. No mundo de Smith, é impossível ignorar a epistemologia. Ontologia e epistemologia determinam-se mutuamente e são cruciais em qualquer teoria social²⁵. Em conclusão, Smith ilustra este argumento ao comprovar a influência do positivismo na disciplina académica de RI e a forma como acabou por determinar, em nome da ciência, aquilo que é válido como objeto de estudo. Desta forma, é crucial reconhecer que «a sua epistemologia teve efeitos ontológicos significativos e estes afetaram, por sua vez, não só o estudo mas também a prática das relações internacionais»²⁶.

KEN BOOTH

Esta secção procura destacar a viragem crítica que Ken Booth imprimiu às RI em Aberystwyth. Booth iniciou a sua carreira académica em RI no decurso dos anos 1960, identificando-se a si próprio como um pensador de estudos estratégicos no contexto de uma disciplina cujo paradigma dominante era o realismo. Segundo Booth, a disciplina de relações internacionais vivia então à base de uma «dieta de realismo. Mas tratava-se de uma dieta, não de alta cozinha (composta pelos trabalhos dos fundadores dessa escola) mas antes uma forma de realismo *fast-food*»²⁷. O realismo ensinado nas universidades revelava

BOOTH IDENTIFICAVA-SE A SI PRÓPRIO COMO UM PENSADOR DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS NO CONTEXTO DE UMA DISCIPLINA CUJO PARADIGMA DOMINANTE ERA O REALISMO.

pouco da complexidade, sofisticação e angústia moral do realismo clássico e consistia antes num mero pacote de ideias simplificadas voltado para o ensino. O predomínio desta forma de explicar e ensinar o realismo tendeu a reforçar-se dada a necessidade de cada geração de professores «assumir [...] as “convicções convencionais” da profissão. Deste modo, [a disciplina passou a ser] essencialmente constituída pelo ensino e expectativas de [...] realistas/positivistas»²⁸. Para mais, o próprio contexto internacional e cultural à data suportou esta tendência, pois ao ter sido educada no contexto de uma cultura popular e mediática centrada nas relações entre estados e numa visão militarizada da realidade internacional, a geração de académicos formada durante a Guerra Fria «encontrava-se particularmente apta a acreditar numa teoria que afirmava, segundo a frase de Raymond Aron, que aquilo que “diplomatas e soldados” fazem, explica os eventos mundiais»²⁹.

Durante todo o seu período de formação e nos anos iniciais de professor, o paradigma realista sempre pareceu a Booth uma explicação adequada das relações internacionais, baseada no pressuposto, que na altura partilhava, da imutabilidade da natureza humana. O momento de viragem, que o levou a aperceber-se dos limites do realismo, ocorreu no decurso dos anos 1970 quando procurou compreender as diferentes abordagens que o pensamento ocidental tinha produzido para explicar o fenómeno soviético³⁰. Segundo o próprio, o desconforto com algumas das análises e conclusões do realismo foi-se acentuando nessa época e

«[u]ma quebra significativa ocorreu quando me cruzei com a ideia de etnocentrismo e procurei [...] inserir o conceito na literatura de Estudos Estratégicos. [...] [P]assei a ver a instituição da guerra [...] e até o mundo dos estados, como um fenómeno cultural, e não como algo “natural” ou uma necessidade histórica»³¹.

Este estudo levou-o à conclusão de que aquilo que frequentemente era apregoado como uma «teoria estratégica racional e objetiva era antes uma racionalização de preconceitos nacionais»³². A conclusão levou Booth a aperceber-se de que não apenas a realidade condiciona a teoria, como é sustentado pelo paradigma realista/positivista, mas que a teoria condiciona a interação humana com a realidade e, conseqüentemente, molda a própria realidade. Assim, Booth afirma que ao aperceber-se de que vivemos dentro de estruturas que são teorias, de

«que as circunstâncias materiais [...] são também em parte uma manifestação de teorias, [e] que as teorias sobre segurança condicionam os factos estratégicos [...] levou-me a uma crescente inquietação com o realismo e os seus familiares métodos positivistas»³³.

Como tal, Booth começou a questionar os pressupostos de objetividade que caracterizam o paradigma realista. Este processo foi reforçado pela cooperação de Booth com a Amnistia Internacional e pelo contacto com literatura normalmente excluída

dos debates realistas, como era o caso dos trabalhos de Richard Falk, Johan Galtung, Robert Cox ou Marx Hoffmann³⁴. Assim, Booth apercebeu-se não só dos limites conceptuais do realismo, mas também das consequências reais da configuração realista do sistema internacional. Para Booth, «escrever as primeiras cartas a governos acerca de perfeitos estranhos – vítimas desses governos – foi um verdadeiro ponto de viragem. Aqui estavam algumas das vítimas, até agora invisíveis, das estruturas das relações internacionais»³⁵. As vítimas individuais passaram a ser vistas como parte do sistema internacional que se constitui como jogo de poder através de um misto de racionalidade e acidente histórico. A perspetiva individual da vítima começou a mudar o que Booth pensava acerca dos estados e do poder social, alertando-o para questões alternativas de segurança para lá dos inventários militares das superpotências: «[P]rogressivamente, o estado soberano começou a parecer uma importante parte do problema da insegurança, e não a sua solução.»³⁶

Deste modo, o pressuposto de objetividade do paradigma realista foi questionado e Booth passou a investigar o papel da teoria na constituição da realidade internacional. Se a teoria constitui ela própria o real, e não é um mero retrato objetivo do mundo, o carácter necessitista da realidade fica posto em causa. A realidade internacional passa a ser entendida não como a natural e necessária condição humana, mas como o produto de um conjunto de circunstâncias históricas específicas influenciadas por uma particular forma de interpretar o mundo. Como tal, aquilo que a sociedade internacional é no presente passa a ser circunstancial, o resultado de um processo histórico específico. Esta conceção historicista das relações internacionais abre a porta à conceção de transformação e à ideia de que o mundo não só não foi sempre aquilo que é, como não tem de continuar a sê-lo. As RI surgem assim como «uma construção histórica, como o resultado do mercado, e por vezes do campo de batalha, de teorias em competição»³⁷. O corolário é que nós (a sociedade humana como um todo) podemos tornar-nos naquilo que esperamos ser, o que cria um novo horizonte ao «eterno presente» do realismo. A viragem «crítica» de Ken Booth expõe assim o paradigma realista como uma perspetiva da realidade que ajuda a manter os custos humanos associados ao atual sistema internacional e elimina qualquer alternativa nas RI. Ao fazê-lo, prende tanto a disciplina como a prática num entendimento reificado, fixo e limitado da condição humana e das suas potencialidades políticas.

No entanto, esta viragem «crítica» não pode ser entendida como um total repúdio do realismo. Como afirma Booth, o conhecimento derivado de uma abordagem realista das relações internacionais continua a reter valor. O realismo de Kenneth Waltz, com o seu foco no estudo dos estados, na distribuição de poder e nos ganhos relativos continua a ser uma ferramenta fundamental para analisar e compreender as relações

A VIRAGEM «CRÍTICA» NÃO PODE SER ENTENDIDA COMO UM TOTAL REPÚDIO DO REALISMO. COMO AFIRMA BOOTH, O CONHECIMENTO DERIVADO DE UMA ABORDAGEM REALISTA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS CONTINUA A RETER VALOR.

internacionais. Além do mais, o realismo, principalmente na sua versão clássica, apresenta frequentemente um potencial crítico na análise da ordem internacional vigente que é frequentemente ignorado pela ortodoxia realista contemporânea. Morgenthau, por exemplo, manifestou «a visão de que o Estado-nação estava obsoleto, e procurou desenvolver ideias suportando a criação de uma comunidade mundial como base para um governo mundial, e favoráveis ao desarmamento nuclear como base para a segurança internacional»³⁸. Apesar das suas conquistas teóricas, o realismo precisa de ser contextualizado e complementado por uma compreensão do carácter histórico da consciência humana. Deste modo, Booth considera-se «um ex, anti, e pós-realista»³⁹. Ex-realista porque foi no realismo que se iniciou; antirrealista no sentido em que se posiciona em desacordo com importantes figuras fundadoras do realismo, como Niebuhr; e pós-realista porque reconhece o valor do realismo de certos autores como Kenneth Waltz, Hans Morgenthau e E. H. Carr mas considera ser necessário superá-lo. Esta superação do realismo deve ocorrer, segundo Booth, através da integração na disciplina de temas e abordagens oriundos da teoria crítica, principalmente na versão da Escola de Frankfurt, trilhando assim o caminho aberto por Robert Cox, Richard Ashley e Andrew Linklater no início da década de 1980. Nas palavras do próprio Booth, a viragem crítica implica reconhecer

«a natureza histórica do conhecimento no universo social; a importância da reflexividade (incluindo ser crítico da teoria crítica); os méritos do holismo por oposição ao pensamento reducionista; o entendimento da teoria como constitutiva; o idealismo pragmático da crítica imanente; e a ancoragem da teorização no conceito de emancipação»⁴⁰.

Além disso, e no entendimento que faz da teoria crítica, Booth segue de perto Robert W. Cox e a distinção entre teorias de resolução de problemas, como o realismo, e teorias críticas. Segundo Cox, toda a teoria deriva de uma forma de olhar a realidade que condiciona o comportamento dos atores sociais e condiciona a própria realidade. Deste modo, não existem teorias objetivas, retratos fiéis da realidade. Como espelhos de uma determinada perspectiva, as teorias são sempre normativas, incorporando os interesses, valores, juízos morais e preconceitos da perspectiva em que assentam. Esta é uma relação que Cox expressa ao afirmar que «toda a teoria serve sempre alguém e algum propósito»⁴¹. As teorias de resolução de problemas reificam o mundo tal como o encontram e legitimam as relações sociais e de poder dominantes e as instituições existentes como contexto legítimo da sua ação. A viragem crítica que Booth reclama para a disciplina de RI caracteriza-se justamente pelo reconhecimento do carácter contingente e histórico tanto das condições sociais dominantes como das teorias que os atores sociais usam para interpretar a realidade social.

Assim, uma teoria crítica caracteriza-se pelo reconhecimento da possibilidade de transformar a realidade e assume a intenção normativa de o fazer no sentido de promover o

potencial humano para a obtenção de liberdade e bem-estar. Ao estar normativamente comprometida com a causa da liberdade humana, a teoria crítica de Booth procura desenvolver os recursos necessários para um projeto emancipatório. Emancipação significa «libertar as pessoas (tanto indivíduos como grupos) daqueles constrangimentos físicos e humanos que os impedem de realizar aquilo que eles livremente escolheriam fazer. A guerra e a ameaça de guerra, em conjunto com a pobreza, a falta de educação e a opressão política são alguns desses constrangimentos»⁴². Esta transformação emancipatória é entendida não só como possível, dado o carácter histórico e socialmente construído da humanidade organizada, mas também como essencial para assegurar o futuro da liberdade e bem-estar. É a incapacidade de o realismo pensar o futuro e conceber a transformação social que o leva a reificar o atual sistema internacional, perpetuando assim a incapacidade de responder às grandes problemáticas do século XXI.

Apesar da forte convicção no potencial transformador da humanidade e do compromisso com o ideal de emancipação, Booth procura fundamentar as suas asserções teóricas e práticas num entendimento «realista» da realidade internacional e do seu potencial transformador. É esta tentativa de sintetizar as aspirações da emancipação humana com a análise das possibilidades reais de transformação do sistema internacional que Booth identifica como realismo emancipatório. Booth afirma que emancipação é um conceito aberto, que o seu conteúdo não está definido, não configura uma qualquer visão fixa do mundo a alcançar. A emancipação é melhor entendida como um horizonte político, algo a que aspirar e que estabelece uma perspetiva mas que, por definição, não pode ser totalmente alcançado: «[e]mancipação não é um estado, é algo que se encontra constantemente em processo de se tornar realidade»⁴³. Deste modo, Booth prefere entender o conceito de emancipação como uma ancoragem filosófica, ponto central mas não fixo num processo dinâmico e base para o desenvolvimento de uma crítica imanente da realidade social. O realismo emancipatório de Booth afirma-se assim como uma teoria

«intimamente preocupada com a *praxis*, e não apenas com a crítica teórica: encontra-se focada em pessoas reais, em locais reais, e procura melhorar as suas condições, ao mesmo tempo que transforma a política mundial de forma estrutural. Trata-se portanto de uma teoria crítica que procura construir “utopias concretas” a partir das reais possibilidades que se encontram imanentes em diferentes e particulares contextos sociais»⁴⁴.

Nas palavras de Booth, o realismo emancipatório «baseia-se tanto em teorias normativas como empíricas (realistas)»⁴⁵ e vai na linha da convergência entre a «ciência» de Marx e a «ciência» de Morgenthau⁴⁶. Uma teoria cujo objetivo é não apenas interpretar o mundo, mas transformá-lo, de acordo com potencialidades imanentes nas atuais condições políticas, sociais, económicas, culturais, materiais, tecnológicas e ambientais da espécie humana.

CONCLUSÃO

Estudar Booth e Smith é estudar uma parte fundamental do legado de Aberystwyth para a disciplina académica de RI. Hoje, o Aberystwyth afirma-se como um centro dinâmico, um dos mais conceituados no sistema universitário britânico, onde se tem promovido o debate e a diversidade de perspectivas nas RI. O fim do consenso em torno do paradigma realista não se traduziu porém num novo consenso em torno da perspectiva crítica. De facto, a disciplina encontra-se hoje extremamente fragmentada e dividida em inúmeras abordagens e perspectivas, entre as quais estão o realismo e a teoria crítica, mas também o construtivismo, o pós-modernismo, o pós-colonialismo ou os feminismos. Aberystwyth é hoje sinónimo dessa diversidade, que é vista como valor acrescentado, especialmente após tão longo período de consenso monolítico em torno da ortodoxia realista. Contudo, a diversidade também coloca a disciplina em risco de fragmentação em pequenos nichos teóricos, incomunicados e desprovidos de uma visão de conjunto do fenómeno internacional, o que a poderá conduzir da saudável diversidade intelectual à irrelevância teórica.

Acreditamos, por isso mesmo, que a tendência no sentido da fragmentação deve ser equilibrada pela tentativa de encontrar pontes e diálogos que permitam uma visão de conjunto – a política como palimpsesto – sem que sejam impostos novos dogmatismos metateóricos. Se for possível desenvolver tal coesão na disciplina, capaz de produzir unidade enquanto se cultiva a diversidade, então, «devido à sua abordagem global, à sua preocupação com o poder e a verdade e à sua sabedoria prática»⁴⁷, as RI podem justificar a pretensão de virem a ser a disciplina das disciplinas sociais. Para que a disciplina possa desenvolver este potencial, torna-se necessário explorar o caminho aberto por Booth e Smith. Em Aberystwyth como noutras instituições onde as RI são pensadas e ensinadas – designadamente em Portugal, onde a consciência disciplinar é ainda recente – torna-se necessário desenvolver uma abordagem crítica que parta do valor acrescentado do realismo, reconheça os seus limites e dê voz às perspectivas tradicionalmente marginalizadas. Cabe a todos nós, estudiosos destas matérias, escolher a trajetória que melhor realize o imperativo. E no nosso entender, o ponto de partida imprescindível é o de cultivar a curiosidade, inovação, rigor e coragem intelectual demonstrados por Ken Booth e Steve Smith em aulas e seminários e em tantos dos textos publicados⁴⁸. RI

- 1 O Departamento de Relações Internacionais, erguido em Aberystwyth com base na cátedra criada por David Davies em 1919, viria a ficar conhecido por Interpol Department (Department of International Politics).
- 2 A história disciplinar das relações internacionais (RI) tem sido objeto de uma análise exaustiva por parte de vários autores que insistem quer nos mitos fundadores, quer nos grandes debates que têm estruturado ou orientado a disciplina. Cf. BOOTH, Ken – «75 years on: rewriting the subject's past – reinventing its future». In *International Theory: Positivism and Beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, pp. 328-339; DUNNE, Tim – «Mythology or methodology: traditions in international theory». In *Review of International Studies*. Vol. 19, N.º 3, 1993, pp. 305-318; DUNNE, Tim – *Inventing International Society*. Londres: Macmillan, 1998; GEORGE, Jim – *Discourses of Global Politics*. Boulder, CO: Lynne Rienner, 1994; HOFFMANN, Stanley – «An American social science: international relations». In DERIAN, James Der [org.] – *International Theory: Critical Investigations*. Londres: Macmillan, 1995, pp. 212-241; HOLLIS, Martin, e SMITH, Steve – *Explaining and Understanding International Relations*. Oxford: Clarendon, 1990; FERREIRA, Marcos – *Cristãos e Pimenta: A Via Média na Teoria das Relações Internacionais de Adriano Moreira*. Coimbra: Almedina, 2007; OSIANDER, Andreas – «Rereading early twentieth century IR theory: idealism revisited». In *International Studies Quarterly*. Vol. 42, N.º 3, 1998, pp. 409-432; SCHMIDT, Brian – *The Political Discourse of Anarchy: A Disciplinary History of International Relations*. Nova York: State University of New York Press, 1998; WILSON, Peter – «The myth of the first great debate». In *Review of International Studies*. Vol. 24, N.º 5, 1998, pp. 1-16.
- 3 SMITH, Steve, BOOTH, Ken, e ZALEWSKI, Marysia – «Preface and acknowledgements». In *International Theory: Positivism and Beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. XI.
- 4 COX, Robert W. – «Social forces, states and world orders: beyond international relations theory». In KEOHANE, Robert O. [org.] – *Neorealism and Its Critics*. Nova York: Columbia University Press, 1986, pp. 204-254. Publicado originalmente em *Millennium*. Vol. 10, N.º 2, 1981, pp. 126-155.
- 5 No original «Theory is always for someone and for some purpose. All theories have a perspective», cf. COX, Robert W. – «Social forces, states and world orders: beyond international relations theory», p. 207.
- 6 *Ibidem*, p. 208.
- 7 *Ibidem*, p. 210.
- 8 Cf. DEVETAK, Richard – «Critical theory». In AAVV – *Theories of International Relations*. Londres: Macmillan, 1996, pp. 155-156.
- 9 LINKLATER, Andrew – *Beyond Realism and Marxism: Critical Theory and International Relations*. Londres: Macmillan, 1990, p. 148.
- 10 LINKLATER, Andrew – «Men and citizens in international relations». In *Review of International Studies*. Vol. 7, N.º 1, 1981, p. 25.
- 11 SMITH, Steve, BOOTH, Ken, e ZALEWSKI, Marysia – «Introduction». In SMITH, Steve, BOOTH, Ken, e ZALEWSKI, Marysia [eds.] – *International Theory: Positivism and Beyond*, p. 1.
- 12 *Ibidem*, p. 1.
- 13 BOOTH, Ken, e SMITH, Steve – «Preface». In BOOTH, Ken, e SMITH, Steve [org.] – *International Relations Theory Today*. Cambridge e Oxford: Polity Press, 1995, p. XII.
- 14 SMITH, Steve – «The self-images of a discipline: a genealogy of international relations theory». In BOOTH, Ken, e SMITH, Steve [org.] – *International Relations Theory Today*, p. 2.
- 15 *Ibidem*, p. 2.
- 16 *Ibidem*, p. 3.
- 17 *Ibidem*, p. 7.
- 18 *Ibidem*, p. 32.
- 19 SMITH, Steve – «Power and truth: a reply to William Wallace». In *Review of International Studies*. Vol. 23, N.º 4, 1997, p. 513.
- 20 *Ibidem*, p. 509.
- 21 SMITH, Steve – «Positivism and beyond». In SMITH, Steve, BOOTH, Ken, e ZALEWSKI, Marysia [eds.] – *International Theory: Positivism and Beyond*, p. 13.
- 22 SMITH, Steve – «Power and truth: a reply to William Wallace», p. 509.
- 23 SMITH, Steve – «Epistemology, postmodernism and international relations theory: a reply to Østerud». In *Journal of Peace Research*. Vol. 34, N.º 3, 1997, p. 335.
- 24 SMITH, Steve – «Dialogue and the reinforcement of orthodoxy in international relations». In *International Studies Review*. Vol. 5, N.º 1, 2003, p. 141.
- 25 SMITH, Steve – «Wendt's world». In *Review of International Studies*. Cambridge. Vol. 26, N.º 1, 2000, p. 162.
- 26 SMITH, Steve – «Positivism and beyond». In SMITH, Steve, BOOTH, Ken, e ZALEWSKI, Marysia [eds.] – *International Theory: Positivism and Beyond*, p. 38.
- 27 BOOTH, Ken – «Security and self: reflections of a fallen realist». In *YCISS Occasional Paper*. Toronto, N.º 26, 1994, p. 7.
- 28 *Ibidem*, p. 8.
- 29 *Ibidem*, p. 7.
- 30 BOOTH, Ken – *Strategy and Ethnocentrism*. Londres: Croom Helm, 1979.
- 31 BOOTH, Ken – «Challenging the ideas that made us». In BRINCAT, Shannon, LIMA, Laura, e NUNES, João [org.] – *Critical Theory in International Relations and Security Studies: Interviews and Reflections*. Abingdon: Routledge, 2011, p. 61.
- 32 BOOTH, Ken – «Security and self: reflections of a fallen realist», p. 9.
- 33 *Ibidem*, p. 9.
- 34 BOOTH, Ken – «Challenging the ideas that made us», pp. 63-64.
- 35 *Ibidem*, p. 11.
- 36 *Ibidem*.
- 37 *Ibidem*, p. 13.
- 38 BOOTH, Ken – «Challenging the ideas that made us», p. 75.
- 39 BOOTH, Ken – «Security in anarchy: utopian realism in theory and practice». In *International Affairs*. Vol. 67, N.º 3, 1991, p. 533.
- 40 BOOTH, Ken – «Challenging the ideas that made us», p. 65.
- 41 COX, Robert W. – «Social forces, states and world orders: beyond international relations theory», p. 207.
- 42 BOOTH, Ken – «Security and emancipation». In *Review of International Studies*. Vol. 17, N.º 4, 1991, p. 319.
- 43 BOOTH, Ken – «Three tyrannies». In *Human Rights in Global Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, p. 41.
- 44 *Ibidem*, p. 45.
- 45 BOOTH, Ken – «Security in anarchy: utopian realism in theory and practice», p. 534.
- 46 *Ibidem*, p. 534.
- 47 BOOTH, Ken – «Dare not to know: international relations theory versus the future». In *International Relations Theory Today*. Cambridge: Polity Press, 1995, p. 340.
- 48 BOOTH, Ken – «75 years on: rewriting the subject's past – reinventing its future», pp. 328-339.